

## **5ª Sessão do Seminário História Religiosa Moderna - 21/7/2009**

- Religiosidade negra e Inquisição - Daniela Buono Calainho  
(Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil)

Numa certa perspectiva, retomamos hoje vectores de análise já abordados na sessão anterior, a saber, a Inquisição como forma de perscrutar modalidades alternativas de religiosidade, menos vinculadas aos modelos oriundos do alto, das cúpulas da Igreja. Formas de religiosidade mais heteróclitas e repletas de hibridismo ou sincretismo, com uma enorme capacidade de integrar crenças e práticas de origens e sentidos profundamente distintos, e até antagónicos, sem que isso signifique, sublinho ideia já expressa na sessão anterior, uma impossibilidade hermenêutica de as decifrar, classificar, entender e explicar, pois, ao contrário do que num primeiro olhar pode deixar transparecer, elas eram portadoras de coerência e racionalidade. Recordo que no seminário antecedente, através das propostas de António Ribeiro, detivemo-nos sobre fenómenos místicos, profecias e aparições. Agora, Daniela Calainho traz-nos uma intervenção intitulada "Religiosidade negra e Inquisição". Por certo serão abordados aspectos nem sempre fáceis de entender e classificar, e ouviremos expressões que necessitam de ser explicitadas como "mandingas", "calundus", "catimbós", "gangazambes", "jambacousses", "candomblés", etc, Eventualmente veremos como algumas divindades ou entidades de culto africanas foram entendidas como diabos pelas elites eclesiásticas. Como foi possível, se é que foi, e apesar da repressão, muitos escravos originários de África terem perpetuado, por vezes de forma dissimulada, formas de religiosidade oriundas dos lugares onde nasceram, enquanto iam paralelamente aprendendo e integrando os rudimentos da doutrina cristã. E, eventualmente, até valerá a pena discutir se faz sentido falar de uma religiosidade negra no Brasil colonial. Enfim, o que quero dizer, é que através da conferência que escutaremos o nosso olhar sondar-se-á outros grupos, outros territórios e outras formas de ligação ao sagrado. Grupos afro-americanos integrados em sociedades coloniais que impunham o cristianismo como confissão religiosa, e o Brasil como palco da sua actuação.

Isso permitir-nos-á alargar substancialmente os horizontes de intervenção da Inquisição. De facto, nas sessões anteriores estivemos sobretudo atentos a impactos e modos de actuação do Santo Ofício no

território continental. Nesta e na próxima, em Setembro, também algumas áreas do pluricontinental e disperso império português serão abrangidas.

A produção historiográfica sobre a actividade da Inquisição no império é já considerável, mas não existe presentemente nenhum estudo que reflecta de forma global e actualizada sobre a pluralidade de modelos de organização, estratégias repressivas, agentes que conformaram a actuação do Tribunal da Fé e problemas encontrados nos diversos espaços do império. E alguns desses problemas eram muito delicados e de difícil resolução, pois colocavam em confronto concepções culturais e religiosas, resultantes do contacto entre civilizações e formas de organização social abissalmente distintas. Na segunda metade do século XVII, por exemplo, há troca de correspondência envolvendo o bispo de Cranganor, a Inquisição de Goa e o Conselho Geral, para saber se a linha que os bramanes e gente honrada utilizavam na cabeça, bem como o uso de sândalo com que ornavam a testa naquelas remotas paragens do Oriente, eram indícios de gentildade ou apenas sinais de nobreza das famílias que os traziam.

E haveria tanto a fazer neste domínio dos estudos inquisitoriais nos espaços do império. Será que os inquisidores gerais e o Conselho Geral, isto é, as estruturas dirigentes do Tribunal da Fé pensavam a Inquisição do império do mesmo modo que a concebiam no Reino? E pensavam-na fragmentadamente, isolando os espaços imperiais uns dos outros, ou tinham uma visão global do conjunto? Por que é que nunca se criou um Tribunal distrital no Brasil, como sucedeu em Goa logo no século XVI, sendo o Brasil um território maior e com mais efusiva presença de cristãos-novos, escravos negros e índios baptizados que objectivamente tinham crenças e práticas religiosas heterodoxas? Porque foram centralizadas na Inquisição de Lisboa todas as matérias respeitantes a todos os espaços do império, com excepção de Goa? Que tipo de relações mantinham os agentes inquisitoriais espalhados pelo império, desde os inquisidores em Goa, passando pelos comissários e familiares disseminados por todo o lado, tanto entre si como com os outros poderes seculares e eclesiásticos com os quais conviviam? Foram eles capazes de criar laços de cooperação, formas de sociabilidade comuns e uma cultura organizacional específica para os espaços onde actuaram? Ou a sua conduta foi concorrencial e dispersa? Como se processava, de facto, a comunicação entre as estruturas centrais de governo da Inquisição sedeadas em Lisboa e esses agentes? Eram eles, do ponto de vista sociológico

diferentes entre si e diferentes daqueles que desempenhavam idênticas funções no Reino? Que impactos teve a actuação da Inquisição na sedimentação da autoridade colonial e da Igreja nesses territórios?

Mas a maioria destas questões e tantas outras ainda não receberam a atenção dos investigadores. Tal decorre, nalguma medida, do facto de que a maioria dos estudos existentes tendem a centrar-se numa área geográfica circunscrita, o que, aliás, é vício da grande maioria da produção histórica sobre o império. Assim, há autores interessados pelo Brasil, pela Índia, pelo Extremo Oriente, por África, outros pelas ilhas atlânticas, normalmente analisando-as individualmente. Isto é, uns pesquisam os Açores, outros a Madeira, outros Cabo Verde, etc. Esta metodologia de aproximação aos estudos do império encerra limitações. É certo que todos esses territórios tinham características que os distinguem uns dos outros, tiveram cronologias de ocupação múltiplas, formas de colonização distintas, contingentes de ocupação heterogéneos, modos de exploração económica variados, mas isso não impede que o império não seja pensável e entendível numa perspectiva global e integrada.

Pode dizer-se que esta óptica de abordagem geral dos estudos históricos sobre o império também contaminou os da Inquisição no mesmo império, apesar de existirem pontuais e, apesar de tudo restritas, excepções onde se procurou um olhar mais englobante, como é o caso do artigo de Bruno Feitler - *Usos políticos del Santo Oficio portugués en el Atlántico (Brasil y África Occidental). El periodo Filipino*, publicado na *Hispania Sacra* em 2007. Mas claro que há bons trabalhos que incidem sobre perspectivas muito variadas. Cito apenas alguns para dar conta dessa pluralidade, sem nenhuma ordem especial ou qualquer intenção analítica: José Alberto Tavim *Judeus e cristãos-novos de Cochim: história e memória, 1500-1662* (doutoramento, Univ. Nova de Lisboa, 2001), Ana Canas da Cunha - *A Inquisição no Estado da Índia. Origens (1539-1560)* (Lisboa, 1995); Paulo Drumond Braga - *A Inquisição nos Açores* (Ponta Delgada, 1997); Maria José Pimenta Ferro Tavares - *Judeus e criptojudas na Ilha da Madeira (séculos XV e XVI)* in *Estudos em homenagem a Jorge Borges de Macedo* (Lisboa, 1992); Ronaldo Vainfas - *Trópico dos pecados. Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil* (Rio de Janeiro, 1997); Filipa Ribeiro da Silva - *A Inquisição em Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe (1536-1821): contributo para o estudo da política do Santo Ofício nos territórios africanos* (dissertação de mestrado, Lisboa,

2002); Ana Margarida Pereira - *A Inquisição no Brasil. Aspectos da sua actuação nas capitanias do Sul de meados do sec. XVI ao início do sec XVIII* (Coimbra, 2006); Helen Ulhôa Pimentel - *Universo mágico colonial. Feiticeiros e Inquisidores nos dois primeiros séculos da colonização do Brasil* (doutoramento Brasília, 2005); Bruno Feitler - *Nas malhas da consciência. Igreja e Inquisição no Brasil. Nordeste 1640-1750* (São Paulo, 2007), Miguel Rodrigues Lourenço - *O comissariado do Santo Ofício em Macau (c. 1542 - c. 1644): a Cidade do Nome de Deus na China e a articulação da periferia no distrito da Inquisição de Goa* (mestrado, Lisboa: 2007). Seguramente que outros haverá, não há nesta enunciação a mínima preocupação de exaustividade.

Neste domínio o Brasil tem sido de longe o território que tem merecido mais atenção, ao que não é estranha por um lado a dimensão da comunidade de historiadores brasileiros e também a enorme atracção e fascínio que a Inquisição continua a exercer sobre eles. Já os territórios de África tem sido mais descurados. Mas falta, repito, uma visão de conjunto, que procure dar conta do modo como a Inquisição era percebida pelos que a conceberam e não a espartilhe e subverta em leituras quiça anacrónicas, excessivamente marcadas pelo espaço, pela geografia. Creio ser esse um desafio a abraçar no futuro.

E hoje será também o Brasil a ocupar lugar central. Para isso convidámos a Daniela Buono Calainho, a quem agradecemos desde já a presença. Para quem a não conhece ela é professora na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, popularizada sob a designação UERJ. Ali se doutorou no ano de 2000, e por lá tem leccionado várias disciplinas e tem trabalhado bastante sobre questões relacionadas com a actividade do Santo Ofício no Brasil, tendo já publicado vários estudos com um cariz muito diferente uns dos outros, como facilmente se perceberá logo pelos títulos que ostentam, de que destaco 3:

- *Metrópole das Mandingas: religiosidade negra e Inquisição portuguesa no Antigo Regime* (tese de doutoramento, 2000) com livro actualizado saído recentemente publicado em 2008 pela editora Garamond do Rio de Janeiro.

- *Guia de fontes e bibliografia sobre a inquisição: a Inquisição nos principais arquivos e bibliotecas do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro, 2005).

- *Agentes da fé: familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial* (São Paulo, 2006), mas que em boa parte é o resultado, actualizado da sua

tese de mestrado.

Para além disso, registem-se os muitos artigos dados à estampa em várias revistas, sobre escravos negros ou mulatos que actuavam como curandeiros feiticeiros.

Actualmente tem um projecto de trabalho sobre a actuação da Inquisição no Rio de Janeiro, durante o século XVIII.

A ela passo, então, a palavra.

*José Pedro Paiva*